

A ÁGUA NÃO É VIOLENTA, VIOLENTA É A BARRAGEM: PROJETOS HIDRELÉTRICOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ALTO PARANÁ*

*MARTIN, Andrey Minin***

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o
comprimem
(Bertold Brecht, “As margens”).

Introdução

A compreensão da luta pela terra no Brasil deve ser pensada historicamente por meio da diversidade de questões que assolam homens e mulheres do acesso e permanência na terra, composta pela heterogênea gama de sujeitos, reivindicações e experiências que dão margem a formação de diferentes movimentos sociais. Desta forma, a região foco deste estudo, a região do “Alto Paraná” é marcada por esta diversidade, local em que se observa ao longo de todo século XX a ocorrência de disputa pela posse da terra, motivadas por diferentes circunstâncias ao longo do período, cada uma com suas particularidades, mas todas envolvendo sujeitos pela conquista de um espaço para viver. E em busca de um quadro de lutas permeado pela realização de projetos hidrelétricos, públicos e também particulares que buscaremos desenvolver este trabalho.

Projetos, movimentos e (re) territorialização

A Bacia do Paraná corresponde a uma ampla região que perpassa os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, tendo como afluente principal o rio Paraná, formado pela junção dos rios Paranaíba e Grande, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Destaca-se em seu complexo hidrelétrico usinas como a de Jupiá (Três Lagoas/Castilho), Eclusa Ilha Solteira (Ilha Solteira) e Usina Sérgio Mota/Porto Primavera (Próximo aos municípios de Paulista e Rosana), que são as principais presentes neste estudo.

* Discussão apresentada junto à elaboração da Dissertação de Mestrado em História defendida em 2010.

** Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Professor da UNITOLEDÓ-Araçatuba e da Rede Pública de Educação do Estado de São Paulo. andrey.martin@ig.com.br

Juntamente com tamanha grandiosidade, apresenta-se como região historicamente marcada por conflitos sociais, envolvendo disputas pela posse e permanência na terra, compondo um cenário que acompanha o surgimento das principais cidades da região.

Para compreensão das regiões foco deste estudo, como Três Lagoas, tal percepção se torna necessária para observar as trajetórias de um município marcado por esta diversidade. Os diferentes segmentos de trabalhadores que, durante as décadas de 1960 e 1970, ocupavam-se como agricultores, arrendatários, oleiros, pescadores e moradores ribeirinhos, formaram as frentes de luta na região, manifestando seus descontentamentos contra a expropriação que assolavam seu modo de vida, personificada na existência dos latifúndios, das grandes empresas que cada vez mais conglomeravam o campo treslagoense assim como pelos grandes projetos governamentais pautados para região.

Esta gama de sujeitos em movimento proporcionou o germinar, a partir do início dos anos 1980, de plurais experiências para os movimentos reivindicatórios nesta região, dando origem a diferentes segmentos de luta pela terra, por meio das diferentes situações e reivindicações, mas que integram a formação dos primeiros movimentos de luta pela terra no município.

Desta forma, as lutas dos atingidos pela construção das barragens ao longo do Rio Paraná revelam novas faces da luta por terra. Como pontua Grzybowski (1990) estes movimentos, assim como o dos trabalhadores sem terra, são lutas contra a expropriação, diferenciando-se por serem conduzidas pela expropriação de setores estatais, baseadas na desapropriação pela utilidade pública, na legitimação da desapropriação do Estado para um bem social, mas que trazem consigo a destruição de milhares de trabalhos, modos de vida e por que não, de vidas.

A política nacional de incentivo à construção de hidrelétricas na região não é recente. Na década de 1940, o empresário paulista Eloy Chaves iniciava a construção da Empresa Elétrica do Itapura, que buscou fazer o aproveitamento do Salto do Itapura, no baixo Tietê, empreendimento que marca o fornecimento energético para as cidades do noroeste do Estado de São Paulo e Sul de Mato Grosso.

O início de instalação destes empreendimentos energéticos está ligado a todo um contexto de rápido crescimento da região, impulsionado desde os anos 1920 com a presença da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que consequentemente valorizou o preço das terras na

região, resultando na formação de grandes propriedades por empresas anglo-americanas, na constituição de saladeiros e de frigoríficos¹.

No início dos anos 1950 novas discussões se estabeleciam direcionadas para sua implantação, promovidas por campanhas como a realizada pelo então governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, que chamava a atenção para necessidade de integrar a região no processo modernizador do país, por meio da construção do complexo Hidrelétrico de Urubupungá². O projeto denominado Urubupungá-Itapura previa a construção de duas barragens no rio Paraná, uma a jusante do rio Tietê, local denominado de Jupιά³, e outra, denominada de Usina Ilha Solteira.

Posteriormente, no início dos anos 1960, com a criação das Centrais Elétricas do Urubupungá, a CELUSA S.A., dá-se o início do empreendimento, marcado pela assinatura dos contratos e a vinda dos equipamentos, fato este celebrado em terras trêslagoense com a presença do Presidente da República, João B. M. Goulart, do embaixador italiano, Mário Di Stéfano e os governadores de São Paulo e Paraná (ARAÚJO, 2008). Neste momento, consolida-se também a criação da CESP, que prossegue com a construção das usinas de Souza Dias (Jupιά) e Ilha Solteira, somadas a já existente eclusa em Itapura e posteriormente a Usina Sergio Motta (Porto Primavera), iniciada em 1980.

A consolidação de tais projetos marca o gestar de graves problemas, que vão desde conflitos dos governantes com instâncias públicas, desvio de verbas, negligência com as populações locais e problemas ambientais. Observa-se desde os primeiros empreendimentos no Salto Itapura o deslocamento populacional que se processava, deslocando naquele momento inúmeras famílias que ali vivam da pesca e da agricultura de subsistência a muitas décadas, de gerações fixadas naquele local desde a criação da Colônia Militar do Itapura, em 1858. A cada passo que o complexo hidrelétrico se realizava aumentava a preocupação dos moradores ao longo do rio Paraná, assim como da cidade de Itapura, que teria que ser deslocada.

¹ Neste momento se vê a implantação de colônias agrícolas nestas áreas ditas “vazias”, como se deu na criação da CAND, Colônia Agrícola de Dourados. Com isto, buscava-se diversificar a produção por meio destes núcleos econômicos, integrando novas áreas e a participação de todos os trabalhadores brasileiros.

² Observa-se neste momento uma série de reuniões entre os governadores de Estados como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo para consolidação de projetos hidrelétricos, resultando na criação da Comissão Interestadual da bacia do Paraná-Uruguaí- CIBPU, em 1951.

³ O salto Jupιά é assim descrito por Antonio Rolin de Moura Tavares: “Há nele (Rio Paraná) um célebre passo, que chama Jupιά, que quer dizer covo, na língua da terra, o qual é um redemoinho, que a água faz nesta figura bastante largo, e fundo e a água corre com bastante violência para parta de tal sorte, que é necessário passar o mais distante daquela parte, que pode ser, e fazendo grande força de remo, porque se chegam a dar ali as canoas infalivelmente as sorve a água” (CAMPESTRINI, 2002, p. 23).

Processa-se um período de inúmeras reuniões entre a CESP, prefeituras e população, a fim de encontrarem uma solução para o reordenamento espacial. Neste intermédio, as atividades de pescadores, ribeirinho e agricultores se encontravam paralisadas, por ordem da CESP, que proibiu que desenvolvessem suas atividades econômicas e de subsistência naquelas regiões. Situações vividas podem ser expressas por fontes do período, como na fala do pescador Eurico:

Desde que impediram a subida do peixe e esgotados todos os recursos, para aqui permanecer, tive que me instalar abaixo da represa para procurar com muito sacrifício o alimento para minha família (...) Minha moradia em Jupia, há um ano e cinco meses, é num galinheiro.

A partir dos relatos e das fontes documentais, observa-se que o espaço deixado adquire forte representação, símbolo de seu trabalho, de sua vida. O sentido de pertencimento ao local que nasceu, que criou sua família, suas raízes ficará na memória, expropriado pela realização de projetos que historicamente assolam a região, sem a consulta ou participação dos mesmos em tais decisões.

Compreende-se que, assim como ocorreu com a ferrovia, o complexo de hidrelétricas empreendido naquele momento é resultado da incorporação de discursos políticos que visam legitimar a expectativa de progresso para região, discurso presente e legitimado pela elite que, assim como feito em outros momentos, vai (re) incorporando novo sentido para o presente progresso, assim como para outros que viriam, como ocorre atualmente com o complexo industrial que se forma.

Ao mesmo tempo, observa-se historicamente a constante reiteração da potencialidade da região para tais empreendimentos, para além da observação de diferentes modos de vida e trabalho presentes. Como salienta Cimó (2004), já no início do século XX, nas palavras de Euclides da Cunha, a região já era dotada de tais potencialidades:

(...) fascinado pelas promessas de eletricidade, o autor reitera a previsão de que a região dos saltos de Itapura e Urubupungá seria ‘a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul’, naqueles lugares até então ‘desfrequentados’, Euclides vislumbrava, com efeito, ‘uma cidade opulentíssima do futuro’. (p.322)

A partir da análise documental, pode-se perceber que os investimentos para realização de tais projetos escondem um complexo jogo de interesses políticos, envolvendo candidaturas a governador, divisão do estado e empresários paulistas. Em certa medida, realizando refinada leitura da grande quantidade de matérias publicadas no Estado de São Paulo sobre a região, e principalmente sobre o complexo hidrelétrico de Urubupungá, observa-se primeiramente o interesse paulista em assegurar que o empreendimento logo se

concretizasse, para evitar o déficit energético no Estado, questão que era prevista para os próximos anos, por problemas que já vinham ocorrendo na década de 1950.

Segundo Araújo, observa-se também que o pesado investimento o qual era anunciado pela imprensa buscava legitimar uma nova imagem para o Sul de Mato Grosso, como região atrativa para novos investimentos, centros industriais, calcados principalmente em atrair capital estrangeiro, assegurando que o empresário “*difícilmente encontrará no mundo de hoje onde comprar terras tão vastas, a preço tão acessíveis, sem o risco de conflitos políticos com o povo da região ou de problemas raciais*” (2008, p. 64). Soma-se a isto, o fato de que em grande parte das matérias o empreendimento que se realizara servia para alimentar a campanha eleitoral no Estado de Mato Grosso, favorecendo neste caso a candidatura de Fernando Correa da Costa, candidato ligado a região “sul” do Estado e defensor da divisão de Mato Grosso. Assim, o processo de investimentos e aceleração da construção das obras esta intimamente ligada a interesses econômicos, eleitorais e empresariais.

Muito se percebe a busca por uma “revolução industrial” a partir do rio Paraná, ressaltando todos os benefícios que serão conseguidos com o complexo hidrelétrico, beneficiando os matadouro-frigoríficos e valorizando as terras, elevando o poderio econômico da região, e “*com Urubupungá prometendo fazer revolução industrial às margens do rio Paraná, com a melhoria do sistema de transporte e a tendência insofismável de interiorização da indústria de carnes e derivados*” (ARAÚJO, 2008, p. 67).

Percebe-se que estes investimentos para a região foram realizados sem nenhuma consulta, participação ou interferência dos sujeitos que ali viviam, calcados em interesses externos, principalmente do Estado de São Paulo que usufruía e se apropriava dos recursos naturais da região para seus empreendimentos, não respeitando as populações ribeirinhas o que, como já ocorria, derivou em graves problemas sociais ao longo das próximas décadas.

Nos anos 1970, especificamente em 1974, inaugura-se a UHE de Ilha Solteira, no mesmo momento em que a última máquina da Hidrelétrica de Jupia, em Três Lagoas⁴ é instalada. O início do funcionamento destas usinas marcou também o início de muitos problemas para os ilhéus ou aqueles que viviam às margens do Rio Paraná e exerciam alguma atividade ligada ao mesmo. Ressalta-se a pluralidade de sujeitos que em tal região exerciam atividades, como pescadores, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros e

⁴CESP. História da empresa até privatização. In: http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_HistoriaAtePrivatizacao?OpenDocument. Acessado em 8 de junho de 2009, às 17:06.

oleiros. De modo geral, a compreensão das ações ocorridas nesta região está intimamente ligada às trajetórias de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, visto que muitas famílias ao longo dos anos 1980 e 1990 ingressam em acampamentos por todo o Estado em busca da terra de trabalho e pela reforma agrária⁵. Sem deixar de lado tais sujeitos, buscaremos focar-nos mais no envolvimento dos trabalhadores rurais presentes nestas lutas.

Segundo relatórios da CPT, em 1977 aproximadamente 100 famílias, cerca de 500 pessoas já sentiam os efeitos das mudanças no rio. Moradores da Ilha Comprida, localizada a 18 km de Três Lagoas, já não mais sentiam segurança no viver e trabalhar em suas terras, das quais eram proprietários e pagavam impostos. As cheias sazonais, que fertilizavam as terras já não tinham mais controle, causando a destruição das plantações, matando criações e dificultando o acesso à ilha⁶. Em relato apresentado em cartilha produzida pela CPT de Três Lagoas, fica evidente o descontentamento com a hidrelétrica:

Nós éramos tudo donos da ilha. A gente morava na Ilha Comprida. Até 70 tudo corria bem para nós. Mas, depois que inventaram essa barragem tal, começou de tempo em tempo enchentes perigosas sobre controle deles⁷.

As incertezas sobre o futuro destes sujeitos continuaram com o iniciar da década de 1980. A execução de dois projetos hidrelétricos também no Rio Paraná, da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta (Porto Primavera) e Ilha Grande, intensificaram as enchentes, aumentando no tocar das obras os danos causados às populações da região. Sem a certeza da manutenção de suas terras, de suas casas, os lavradores buscaram informações junto à CPT e outros mediadores, como sindicatos de trabalhadores rurais da região. Por meio desta colaboração, realiza-se o primeiro encontro dos atingidos pela construção das barragens, ocorrido em Guairá-PR, nos dias 2 e 3 de julho de 1980 (CPT, 2000). Pautada com o objetivo de debater com os atingidos os possíveis caminhos para uma organização, assim como elaborar as reivindicações necessárias, esta reunião seria a primeira de muitas, que norteariam a organização do movimento.

Na leitura das fontes, podemos perceber que as realizações destas reuniões contribuíram para a continuidade da organização, do mesmo modo que contribuíram para que novos sujeitos participassem, evidente na formação de uma Comissão Interestadual entre Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná e pelas reivindicações direcionadas pelo movimento. Assim, com a continuidade das enchentes, como a ocorrida em 1982, seguiram-se reuniões

⁵ CPT, 2000.

⁶ Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná. CPT-Três Lagoas, 1982, p. 05. Arquivo: CPT- Campo Grande.

⁷ “Três Lagoas: Sua terra, sua luta, sua esperança”. Cartilha. CPT-Três Lagoas, 1984, p. 05.

em diversos municípios, como em Naviraí-MS e Três Lagoas. A cada mês intensificavam-se as perdas, e o número de terras atingidas, mas nada que se comparasse com a enchente ocorrida no início de 1983, que de certa forma se tornou o marco do desastre e intensificou os grupos em movimento.

As enchentes que duravam aproximadamente dois meses, neste início de 1983, ultrapassaram todos os limites já vistos, devido a abertura das comportas das usinas de Ilha Solteira e Jupiá, atingindo diretamente regiões dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Na região de Três Lagoas, a Ilha Comprida, que já há muito sofria com as enchentes, agora chegara quase ao seu fim, sendo coberta pelas águas. Com aproximadamente 2.500 alqueires, as famílias de lavradores que ali viviam perderam suas terras, suas casas, bens, criações e plantações. Com a ajuda de colaboradores, providenciaram os primeiros socorros, levando alimentos, roupas e remédios às famílias, que foram retiradas do local e levadas às cidades próximas, ficando instalados em creches em Castilho-SP, casas de parentes, galpões de fazendas, escolas, assim como montando acampamento no recinto de exposições em Três Lagoas (O BARRANQUEIRO, 1983) ⁸.

Observando a leitura das fotos do período, podemos perceber a violência do acontecimento na vida destes sujeitos, na perda de seus bens, de sua terra e de tudo aquilo que nela depositaram. Os muitos barcos carregados de pertences que por todo período descarregavam às margens do rio representavam tudo aquilo que momentaneamente conseguiram salvar, mas nem tudo que poderiam recuperar. Formavam-se fileiras de mobílias, camas, geladeiras, sofás, animais em gaiolas, e porque não, de pessoas que daquele ponto só podiam observar a trajetória da água, e guardar na memória a terra que ficava para traz.

A perda de algo não material se encontra emaranhada na representação que estes sujeitos fazem da terra, lugar de seu trabalho, de sua vida. Como assevera Silva (2004), o lugar também se encontra ligado aos sujeitos por seu pertencimento social, para além do espaço no sentido geográfico, e que extrapola para o campo simbólico, relacionado ao contexto cultural e social ali existente. Isto nos leva a pensar, corroborando com Bourdieu (1983), que a forma como estes sujeitos se reconhecem e se representam por aquele espaço, pelo seu modo de vida, torna-se potência geradora das formas como poderão agir e pensar a partir de então, aliando práticas e experiências de seu modo de vida, o *habitus*, com as novas situações e condições presentes. Isto se torna mais claro na observação dos caminhos tomados

⁸ O boletim informativo “O Barranqueiro” foi criado pela CPT de Três Lagoas em 1982 com o intuito de informar a comunidade três lagoense e os sujeitos das regiões atingidas sobre questões relacionadas à organização e às lutas dos diferentes grupos em movimento.

por estes sujeitos, na forma como se dá sua participação nos movimentos e pelas reivindicações feitas.

Muitos são os encontros e assembléias que se seguem de abril de 1983 a julho do ano seguinte⁹. No primeiro encontro, convocado pela CPT, realizado no dia oito de abril em Andradina-SP, mais de seiscentas pessoas estiveram presentes, e as comissões formadas, de lavradores, pescadores e oleiros se reuniram com o Diretor Administrativo da CESP, Miguel Kozma e com a Secretaria de agricultura de São Paulo, para cobrar um posicionamento da empresa e apresentar as reivindicações dos flagelados. Pautados na busca por assistência médica, trabalho e pela conquista de terras, os lavradores reivindicaram o ressarcimento de todo o prejuízo das benfeitorias, assim como terras com documentação na região.

Uma série de reuniões, adiamentos e contrapropostas marcaram os meses de negociação, que contaram no dia 04 de junho com a presença do Governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro em assembléia realizada em Presidente Epitácio-SP, e com Wilson Barbosa Martins, Governador de Mato Grosso do sul, em 15 de junho em Três Lagoas, onde foram encaminhadas as propostas dos grupos e decidido o arrendamento de terras para os lavradores flagelados (CPT, 2000; O BARRANQUEIRO, junho/1983).

Como já observado nas fontes do período, novamente, não faltaram troca de acusações estampando as páginas dos jornais. A CESP acusava a CPT-Três Lagoas de estar se utilizando da situação e da fé daqueles sujeitos para provocar calúnias contra a empresa, acusando-os de *“estar usando a bíblia e a religião como forma de coerção e persuasão”* (CPT, 2000).

O tempo se passava e as terras para desapropriação não eram definidas, e nem outras soluções encaminhadas, o que dificultava a situação dos lavradores e demais flagelados, que deixavam de produzir e nem ao menos sabiam onde iriam ficar. Desde o começo das negociações, falas se desencontravam e muitas propostas soavam em caminhos distintos entre o que se decidia em reuniões e o que era publicado na imprensa. Em matéria publicada no Jornal “Correio do Estado”, de Campo Grande, em treze de maio, diretores da CESP reunidos com o Governador do Estado e com o Terrasul apresentaram uma proposta de aquisição por parte do governo de uma área de quatro alqueires em Três Lagoas para solucionar o problema dos pescadores, visando o reassentamento de 73 famílias, fornecendo-as toda “infra-estrutura” necessária. Para os agricultores, ficava a garantia de indenização por meio da compra ou arrendamento de novas terras, não necessariamente na região.

⁹ Analisando a documentação utilizada, soma-se um total de 6 reuniões realizadas, além das muitas que foram marcadas e não aconteceram, que envolvem diretamente a luta dos lavradores atingidos.

Porém, expressando argumentos distintos, exatamente três semanas antes, em vinte e três de abril, o Jornal “A Fronteira”, de Presidente Epitácio publica matéria em que os mesmos representantes argumentam a respeito do assunto da seguinte forma:

Diante de algumas reivindicações não é a CESP que vai tomar atitude. Algumas medidas como alojamento e alimentação cabem as autoridades locais (prefeituras) e a Defesa Civil, a CESP apenas auxilia. Com respeito à indenização e prejuízos a CESP não é responsável do ponto de vista legal. O responsável é realmente a chuva. Os flagelados poderão receber indenização do Governo Federal, Defesa Civil, mas a CESP não vai indenizá-los, já que do seu ponto de vista, as barragens cuja obra a CESP é uma concessionária não são as causadoras dos problemas.

Destarte, o direcionamento das decisões, das tomadas de posições e o tradicional jogo do “de quem é a responsabilidade” marcaram a trajetória dos encaminhamentos. Outras propostas também eram apresentadas ao movimento, como a de serem transferidos para o Projeto Carajás, situado no Pará, para então viverem em assentamento que estava sendo criado pela GETAT (CPT, 2000). Tal fato se repetiria posteriormente com a ida de muitos ribeirinhos para assentamentos por todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

O estabelecimento de projetos cuja tentativa é transferir estas populações flageladas, sem terras e demais grupos para possíveis locais em regiões distantes das suas atuais marcam muitas das histórias da luta pela terra no país. Muitos foram os sem terras que, desapropriados pela construção de Itaipu, receberam propostas para se dirigirem a núcleos situados na Amazônia (MARTINS, 1993). E assim ocorre com trabalhadores do Nordeste, Sul e Sudeste, que desprovidos de suas terras, pelas mais diversas questões, são levados ao mero traslado para bem longe de onde não são bem-vindos. A reforma agrária para estes que propõem tais alternativas parece se tornar algo que não percebe ou leva em consideração o que querem os sujeitos em questão, a visão do outro, dos elementos que o ligam com a terra, com o sentido da terra.

Expressando a vontade de continuarem na região, cansados da demora e sabendo da existência de seiscentos alqueires pertencentes a CESP, um grupo de 15 famílias ocupa a área em primeiro de outubro de 1983, como forma de pressão. Este número aos poucos ganha expressividade, acompanhado de outras ações que movimentavam a região, como a ocupação pelos bóias-frias de uma gleba na fazenda experimental, também em Castilho-SP (CPT, 2000). Com os barracos armados próximos ao rio, perto da ponte férrea, se estabelecem as famílias, homens, mulheres e crianças à espera do destino, confiantes de que “a CESP não iria despejar quem já tinha sido despejado pelas águas” (O BARRANQUEIRO, 1983).

É proposto pela CESP a formação do projeto de Assentamento Jupiá, com um número inicial de cinquenta famílias previsto para área, mas que tornam-se cento e sete, depois de uma série de negociações com a CESP, que alega devido ao grande número de flagelados a necessidade da boa vontade das famílias para as receberem provisoriamente, até que se cumpra a entrega de quinze hectares por família, no prazo de oito meses a um ano (CPT, 2000, p. 82).

Juntamente com o desenvolver da luta dos lavradores, acontecia em 05 de novembro a desapropriação de terras em Três Lagoas para o projeto Capatazia dos Pescadores, para o reassentamento de cem famílias de pescadores. Mesmo com a evidente dificuldade de acesso e desapropriação de terras em Três Lagoas, estas famílias recebem os lotes em cinco de julho de 1984 (Boletim “Vida Diocesana”, junho/1984). Interessante ressaltar como a partir das fontes podemos perceber como todas estas lutas, de algum modo integram a luta pela terra. Na maioria dos documentos e sobre as reivindicações neles presentes dos diferentes grupos, destaca-se a necessidade do reassentamento de “todos os sem terras”, demonstrando como pela diversidade de lutas, tal caracterização se torna elemento central.

A organização destas lutas continuou a ocorrer principalmente por meio da fundação da ARABAP, Associação dos Ribeirinhos Atingidos pela Barragem Porto Primavera, em novembro de 1983, de onde a CPT era parte integrante. Pela continuidade das ações reivindicatórias na região, os flagelados assim como a CPT-Três Lagoas continuaram a ser duramente criticados pela imprensa local, que os acusava de “*não estarem respeitando as autoridades*” e de “*tornar vítimas aqueles que até poderiam ser culpados*” (Gazeta Popular, Novembro/1983). Mais direcionadas a CPT eram as acusações tachativas de “Comunistas” e “agitadores profissionais”. Infelizmente tais ameaças novamente não ficaram apenas no papel. Por meio das fontes arroladas conseguimos perceber que atos repreensivos principalmente por parte da polícia local eram constantes na vida dos lavradores. O acesso à documentação nos Arquivos Criminais do Fórum local assim como na Delegacia foram permeadas por inúmeras dificuldades, limitando a utilização destas fontes. Mas a partir de arquivos do Comitê Provisório de Direitos Humanos de Três Lagoas, muitas destas histórias emergem para nós.

Em um destes documentos é relatado o crime de tortura envolvendo dois irmãos na região do Jupiá. Tendo ocorrido o roubo de um motor de barco na noite anterior a 19 de junho de 1983, Benedito Campos da Silva, ex-guarda dos botes de Jupiá foi considerado suspeito por policiais civis da cidade. Na tarde da mesma data, três policiais prenderam Benedito no porta-malas de um Corcel Branco e o submeteram à sessão de torturas por meio

de “anéis” de choque, com o intuito de fazê-lo confessar o crime. Com não o confessou, foram em busca de seu irmão, o pescador Expedito Campos Santos, que também foi submetido ao tratamento de choque. Sem resultado, abandonaram os irmãos no mato a dois quilômetros da vila e os ameaçaram se contassem o caso a alguém, exigindo que estes teriam dois dias para encontrar o motor ou então voltariam a procurá-los¹⁰.

Repressão também foi registrada em dezembro de 1984, quando policiais militares de Mato Grosso do Sul realizaram ato de despejo de uma família de pescadores do assentamento de pescadores de Jupia, sem mandado judicial. O abuso da violência física suscitou a desaprovação de outras famílias e da CPT, culminando na prisão do pescador apenas citado como Aparecido e do agente “Chico” da CPT. O fato provocou a mobilização da população, padres e agentes que após sua prisão se dirigiram à delegacia e fizeram vigília até que os dois fossem soltos, às onze e meia da noite¹¹.

Sob este clima de perseguição e repressão a qualquer ato que viesse a ocorrer, os lavradores já instalados nas terras da CESP, no lado de Castilho-SP, prosseguem na tentativa de produzirem os frutos da terra e alcançarem a independência econômica. Inicialmente recebem da CESP sementes de feijão, arroz e milho para o primeiro plantio (CPT, 2000). Ao longo dos anos buscam estabelecer novos projetos e frente de apoio para a expansão da produção¹². Neste ritmo, vão cultivando a terra, criando associações e realizando novas reuniões junto a CESP para reivindicarem o restante das terras que foram prometidas. Porém, como a luta pela terra não termina com o acesso a mesma, muitos problemas marcam a vida destes sujeitos nos próximos anos. Um deles encontra-se no fato de que o restante das terras que deveriam ser entregues no máximo em um ano estende-se para além da década de 1990, culminando neste tempo na ida de muitas famílias para outros assentamentos, para outras lutas pela região e pelo Estado. Das que permanecem, algumas famílias acabam por ser remanejadas em 1993 para o Projeto de Assentamento Lagoa, em Presidente Epitácio-SP e o restante fica a receber treze hectares.

De modo geral, a compreensão destas lutas e dos sujeitos em questão se mostra diretamente ligada ao direcionamento dos movimentos sociais de luta pela terra que vão se formando no Estado e dos caminhos pela reforma agrária na região. Muitas são as famílias

¹⁰ “Polícia Civil tortura irmãos em Jupia”. Comitê Provisório de Defesa dos Direitos Humanos. Três Lagoas, 22 de Junho de 1983.

¹¹ *A Voz do Povo*, nº 26. Jan/Fev. 1985, p.1-2.

¹² Como exemplo de projeto empreendido, no dia 15 de março de 1984 um comissão de lavradores, juntamente com agentes da CPT de Três Lagoas dirigem-se para Lins-SP para estabelecer contato com Heinzbernard Krauss Kopf, representante latino-americano do Departamento da Misereor, entidade Católica alemã que fornecerá um “banco de sementes” para o plantio e venda dos alimentos (Boletim “Vida Diocesana”, março de 1984).

que a partir destas lutas ingressam em novas frentes de mobilização por todo Mato Grosso do Sul e interior de São Paulo. Encontram-se presentes pescadores, oleiros e lavradores da região em acampamentos e assentamentos como Sucuriú, em Chapadão do Sul (177 famílias), Assentamento Urucum, em Corumbá (58 famílias de Ilhéus), Assentamento Retirada da Laguna, em Guia Lopes da Laguna (70 famílias), assim como nos assentamentos Marcos Freire e Monjolinho (CPT, 2000, p. 76).

Considerações Finais

A partir das trajetórias apresentadas, observamos que, sob a designação de atingidos, percebidos nos movimentos e apresentados pelas muitas fontes como “sem-terras”, encontram-se uma pluralidade de segmentos sociais, como arrendatários, posseiros, pescadores, oleiros, assalariados. São sujeitos que por decorrência das muitas formas de expropriação integram a gama de sujeitos em movimento. A construção de complexos hidrelétricos também figura como elemento destrutivo da cultura e da vida no campo. Os grandes projetos que se estabelecem, sem nenhuma consulta às populações das regiões acabam por atingirem milhares de pequenas propriedades, que imergem juntamente com modos de vida e culturas representadas por aquele espaço. Mas pela perda também se faz vida nas manifestações de luta que nascem contra tais ocorrências. Assim como em outros Estados do país, Mato Grosso do Sul e a região de Três Lagoas também têm muitas histórias a serem descobertas sobre tais questões, para além destas poucas páginas.

O que se destaca por meio desta análise, é a percepção de como estas manifestações contribuíram para o gestar de outras manifestações, pondo sujeitos em movimento e mediadores nas lutas, visto que mesmo com as manifestações geradas, a conquista de terras em solo três lagoense ainda não se concretiza para os muitos trabalhadores rurais sem terras neste espaço, visto a decorrência de outras lutas ainda neste período, que se apresentam na continuidade do trabalho.

Referências

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. **“Camisa de Couro” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas-MS-1959-1962.** Dissertação. Mestrado em História. São Paulo, PUC. 2008, 202 pg.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba.** De 1700 a 2002. 2º edição. Campo Grande: IHGMS, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Vozes, 2 Ed., 1990.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**, SP: EDUSC, 2004.

REGINA, Jesus Eurico Miranda, KUDLAVICZ, Mieczeslau, JESUS, Sebastiana Almeida de. História da Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul – Período 1978-1992: **Participação e contribuição da CPT nas lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul**. CPT, Campo Grande, 2000.

SILVA, Maria aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.